



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORES PF-UFES

**PARECER n. 634/2021/PROC UFES/PFUFES/PGF/AGU**

NUP: 23068.055651/2018-95  
INTERESSADOS: MARIA JOSE PONTES  
ASSUNTOS: ATIVIDADE MEIO

**EMENTA: TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1012/2018. CELEBRADO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO E A FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA. LEI Nº 8.666/93. NECESSIDADE DE ADICIONAR NO TERMO ADITIVO ITENS COM DATAS ESPECÍFICAS PARA INÍCIO DA PRORROGAÇÃO E VALOR DO TERMO ADITIVO, OU AUSÊNCIA DESTE. RECOMENDA-SE QUE TAIS INFORMAÇÕES INERENTES SEJAM SUBMETIDAS AO SETOR TÉCNICO PARA SEJAM ADICIONADAS AO TERMO ADITIVO.**

*Senhor Procurador Chefe:*

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de análise da minuta do SEGUNDO Termo Aditivo (Sequencial 107 - Lepisma), referente ao Contrato nº 1008/2021, celebrado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES e a FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST. O presente Termo Aditivo tem por objeto inserir planilha de receitas e despesas reorçamentada, bem como limitar a vigência contratual até 21/01/2023.
2. Consta na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: *"O presente Termo Aditivo tem por objeto inserir planilha de receitas e despesas reorçamentada, bem como limitar a vigência contratual até 21/01/2023"* (Sequencial 107 - Lepisma)
3. Ressalte-se que o Contrato supracitado (Sequencial 25 - Lepisma), celebrado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO e a FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA, tem por objeto a regulamentação da atuação da fundação na prestação de apoio, planejamento e execução de ações que permitam a realização do projeto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico denominado "Infraestrutural Laboratorial: Fibra óptica na Medi ção de Nível e de Interface Água-Óleo em Tanques de Produção", doravante denominado PROJETO, no âmbito do Termo de Cooperação nº 5850.0109552.18.9 firmado, em modalidade contratual tripartite, entre a UNIVERSIDADE e a PETROLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRÁS), doravante denominada EMPRESA, com interveniência da FUNDAÇÃO DE APOIO.
4. O pedido de exame fundamenta-se no parágrafo único do art. 38 da Lei no 8.666/93, *in verbis*: *"As minutas de editais de licitação, bem como os contratos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."*
5. É a síntese do necessário.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

**Dos Limites da Análise e Manifestação Jurídica.**

6. Destaca-se que a presente manifestação limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria ora proposta e de sua regularidade processual, abstendo-se quanto às outras questões não ventiladas ou aos aspectos técnicos, administrativos, econômicos e financeiros ou que exijam exercício da conveniência e discricionariedade administrativas, bem como verificação e conferência de cálculos e valores, os quais não competem à Procuradoria, mas aos serviços técnicos competentes da Administração.
7. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a Autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.

**III - ANÁLISE JURÍDICA.**

**DA REORÇAMENTAÇÃO.**

8. Observa-se que a FESTé uma instituição jurídica de Direito Privado, que goza de autonomia

financeira, patrimonial e administrativa, de interesse público e coletivo, sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa e transferência de conhecimento, ao desenvolvimento institucional, tecnológico e à proteção e preservação do meio ambiente, conforme precípuo o art. 1º de seu Estatuto.

9. A Fundação em comento possui importante papel incentivador nas atividades educacionais da UFES, sendo eleita para gerir os Contratos cujo objeto primordial é a realização de Projetos de Extensão.

10. Desta feita, a prestação de apoio não se compara à prestação de serviço, pois não subsiste qualquer interesse econômico a ser suprido. Verdadeiramente, tem por escopo a melhor atuação dos entes públicos, empregando-se mais efetividade às atividades de cunho educativo e social, no termos da Lei 8.958/1994 e do Decreto nº 5.205/2004.

11. Vem a calhar neste contexto a as lições da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que conceitua fundações instituídas pelo Poder Público como sendo: *"... o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de auto-administração e mediante controle da Administração Pública, nos termos da lei."*

12. Neste ínterim, o Contrato em análise é sui generis, implicando em situação específica, visto que o valor destinado à FEST pela prestação de apoio, não se confunde com o patrimônio gerido pela Fundação corresponde ao valor global do Contrato.

13. O Tribunal de Contas da União vem admitindo a regularidade da situação acima descrita, desde que haja definição precisa e clara dos objetos a serem contratados com as fundações de apoio, e conexão com atividades de ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional, em projetos com prazo determinado e que resultem produtos bem definidos. (Acórdãos nº 2295/2006 - P - Relação 152/2006 GAB VC, 253/2007 - P - Relação 9/2007 GAB GP, 1388/2006 - P, 6/2007 - P, 197/2007 - 2ª C, 218/2007 - 2ª C, 289/2007 - P, 503/2007 - P, 706/2007 - P, 1155/2007 - P, 1263/2007 - P, 1236/2007 - 2ª C, 1279/2007 - P, 1882/2007 - P, 2448/2007 - 2ª C, 2466/2007 - P, 2493/2007 - 2ª C, 21/06/2021 3/4 2645/2007 - P, 3541/2007 - 2ª C, 599/2008 - P, 714/2008 - P, 1378/2008 - 1ª C, 1279/2008 - P, 1508/2008 - P, 3045/2008 - 2ª C e Súmula 250 - TCU).21.

14. Superado tal questionamento, o Termo Aditivo em análise enquadra-se na previsão constante do contrato assinado entre as partes, muito embora a peculiaridade do Contrato em questão, por não se tratar de prestação de serviço, e sim projeto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

15. Nesse sentido, o contrato celebrado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES e a FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA -FEST, tem por objeto a regulamentação da atuação da fundação na prestação de apoio, planejamento e execução de ações que permitam a realização do referido projeto (Sequencial 25 - Lepisma).

16. Recomendo sejam adotados os comandos determinados no ACÓRDÃO Nº 9.604/2017 - TCU - 2ª Câmara do TCU de 07/11/2017, específico para a UFES, dentre os quais, sem prejuízo de outros constantes do referido julgado:

**a) consoante o art. 55, inciso IV, da Lei 8.666/93, o cronograma físico-financeiro da execução do serviço é peça obrigatória do contrato com as Fundações, a ser definido em cláusula específica; assim, caso não exista nestes autos, deve ser providenciado.**

**b) a transferência de recursos à Fundação contratada deve observar a compatibilidade entre os serviços executados e o cronograma físico-financeiro acordado entre as partes, o qual deve ser juntado aos autos.**

**c) é ilegal deixar de exigir a apresentação de prestações de contas parciais relativamente a contratos de gerenciamento de projetos que envolvam repasses durante a sua vigência de parcelas autônomas, independentes, entendidas como as repassadas para uma determinada fase, módulo ou período do curso (semestre, ano, etc.), tais como, por exemplo, os cursos de ensino a distância, por configurar transgressão ao art. 11, § 1º, do Decreto 7.423/2010.**

#### **DA LIMITAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL ATÉ 21/01/2023.**

17. Quanto à hipótese de prorrogação, verifica-se o enquadramento na Cláusula Segunda - Da Vigência, bem como no art. 57, §1º, II, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente CONTRATO terá a duração de 730 (setecentos e trinta dias) a contar da data de sua assinatura.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Poderá haver prorrogação caso haja necessidade de dilação do prazo de execução do PROJETO, mediante Termo Aditivo a ser aprovado previamente pela

UNIVERSIDADE."

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei no 9.648, de 1998)

(...)

§ 2º Toda Prorrogação De Prazo Deverá Ser Justificada Por Escrito E Previamente Autorizada Pela Autoridade Competente Para Celebrar O Contrato"

18. Contudo, opino pela necessidade de adicionar no termo aditivo itens com datas específicas para início da prorrogação e valor do termo aditivo, ou ausência deste.

19. Recomendo que tais informações inerentes sejam submetidas ao setor técnico para sejam adicionadas ao termo aditivo antes da assinatura do gestor da UFES ou autoridade responsável.

#### **IV - CONCLUSÃO**

20. A Procuradoria Federal não detém conhecimento técnico ou competência para aferir a totalidade dos dados insertos, alertando que compete exclusivamente à área técnica verificar, com precisão, se as informações e valores atendem aos interesses do Projeto e à própria Universidade.

21. Observa-se que não consta no Termo Aditivo (Sequencial 107 - Lepisma) itens com datas específicas para início da prorrogação e valor do Termo Aditivo, ou ausência deste. Recomenda-se que tais informações inerentes sejam submetidas ao setor técnico para sejam adicionadas ao Termo Aditivo.

22. Em conclusão, restrita aos aspectos jurídico-legais, a Procuradoria Federal junto à UFES, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União - AGU, ressaltando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo deste órgão jurídico, e em atendimento ao que estabelece o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, restrita a presente análise aos aspectos jurídico-formais do Termo Aditivo (Sequencial 107 - Lepisma), observadas as recomendações deste parecer, cabendo a decisão final à Autoridade competente.

À consideração superior.

Vitória, 28 de dezembro de 2021.

**OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO**  
**PROCURADOR FEDERAL**

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23068055651201895 e da chave de acesso 6fdc6219



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO - SIAPE 6296818  
Procuradoria Federal - PF  
Em 28/12/2021 às 16:32

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/339939?tipoArquivo=O>